



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

2º Simulado Especial

TRT MG

Técnico Judiciário

Área Administrativa – Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT MG – Técnico Judiciário – Área Administrativa – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT MG;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-MG-Tecnico-24-09>

- | | | |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Patrícia Manzato

A charge abaixo serve de base para as questões 1 e 2:



01. Qual é a principal motivação para o texto?

- a) A escassez de combustível nos postos.
- b) O grande aumento do preço da gasolina.
- c) A necessidade constante de se fazer empréstimo.
- d) A utilização da sociedade de meios ilícitos de empréstimo.
- e) A figura do agiota, ainda presente atualmente.

02. Qual a relação entre as orações “Pode abastecer” e “eu vou ali pegar um empréstimo”?

- a) divergência.
- b) proporcionalidade.
- c) condição.
- d) concessão.
- e) complementação.

Leia o texto a seguir e responda às questões de 3 a 7:

Texto 1

O Índice de Preços ao Consumidor 10 (IPC-10) teve em agosto a maior queda da série histórica iniciada em 1993, de 1,56%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV). A segunda maior queda do indicador foi de 0,59%, em julho de 1998.

Semelhante ao IPCA, que mede a inflação oficial medida pelo IBGE, o IPC compõe o IGP-10 – que mede a variação dos preços de produtos e serviços a partir do 11º do mês

anterior até o 10º dia do mês atual – , e foi o maior responsável pela queda de 0,69% que o indicador teve em agosto.

Os números do IPC ainda repercutem a redução do ICMS para energia elétrica e gasolina..

Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/indice-de-precos-ao-consumidor-da-fgv-tem-maior-queda-da-historia-em-agosto/>>

03. São objetivos do texto, EXCETO:

- a) informar com impessoalidade;
- b) ser objetivo;
- c) ser conciso e assertivo;
- d) apresentar linguagem clara e direta;
- e) apresentar o ponto de vista do autor.

04. Indique a opção que exemplifica a concordância verbal correta a ser utilizada com a partícula SE:

- a) Enganam-se aqueles que não acreditam em uma retomada da economia.
- b) No texto, relacionam-se às quedas nos índices a redução de imposto.
- c) Todos os anos, consome-se muitos serviços dos setores secundário e terciário da economia.
- d) Em muitas discussões, defendem-se calorosamente a redução de imposto como forma de alavancar a economia.
- e) Não se hão de falar em relações econômicas transparentes entre consumidor e fornecedor.

05. A pontuação é essencial para a organização e a clareza das ideias de um texto.

Qual opção apresenta uso correta das vírgulas?

- a) A redução do ICMS, possibilita uma alavancagem na economia, em especial os setores relacionados a energia elétrica e gasolina.
- b) Muitas pessoas, quando se deparam com o aumento de preços, passam a querer economizar e contribuem para estancar a economia.
- c) São consideradas de risco e pouco práticas, as sucessivas reduções no imposto.
- d) O IPC-10 traz, a esperança de uma possível melhora na economia.
- e) A queda no IPC-10, por menor que seja não reflete a situação concreta, da população.

06. Considere a oração “Os números do IPC ainda repercutem a redução do ICMS para energia elétrica e gasolina.”.

A reescritura que está de acordo com a norma-padrão é:

- a) Repercutir a redução do ICMS nos números do IPC parece ser a principal função da energia elétrica e da gasolina;
- b) A principal repercussão do ICMS seja quanto aos valores de energia elétrica e gasolina nos números do IPC;
- c) Repercutir a redução do ICMS seja a principal função da energia elétrica e da gasolina nos números do IPC;
- d) A principal repercussão nos números do IPC foi que energia elétrica e gasolina reduzirão de preço;
- e) A principal repercussão nos números do IPC e do ICMS foi que energia elétrica e gasolina reduziriam de preço;

07. Qual é a relação entre o Texto 1 e a charge?

- a) Adição.
- b) Explicação.
- c) Condição.
- d) Oposição.
- e) proporcionalidade

Leia o texto a seguir e responda às questões de 8 a 14:

Texto 2

A caatinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos.

– Anda excomungado.

O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo. Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça. A seca aparecia-lhe como um fato necessário – e a obstinação da criança irritava-o. Certamente esse obstáculo miúdo não era culpado, mas dificultava a marcha, e o vaqueiro precisava chegar, não sabia onde.

Tinham deixado os caminhos, cheios de espinhos e seixos, fazia horas que pisavam a margem do rio, a lama seca e rachada que esquentava os pés.

Pelo espírito atribulado do sertanejo passou a ideia de abandonar o filho naquele descampado. pensou nos urubus, nas ossadas, coçou a barba ruiva e suja, irresoluto, examinou os arredores. Sinhá Vitória estirou o beijo indicando vagamente que estavam perto. Fabiano meteu a faca na bainha, guardou-a no cinturão, acorrou-se, pegou no pulso do menino, que se encolhia, os joelhos encostados ao estômago, frio como um defunto. Aí a cólera desapareceu. Entregou a espingarda a

Sinhá Vitória, pôs o filho no cangote, levantou-se, agarrou os bracinhos que lhe caíam sobre o peito, moles, finos como cambitos. Sinhá Vitória aprovou esse arranjo, lançou de novo a interjeição gutural, designou os juazeiros invisíveis.

E a viagem prosseguiu, mais lenta, mais arrastada, num silêncio grande.

Graciliano Ramos, *Vidas Secas*.

08. O texto suscita a reflexão sobre a condição dos personagens a partir

- a) do abandono de pai e filho;
- b) da relação entre os personagens;
- c) do cenário da seca;
- d) dos maus hábitos do “pirralho”.
- e) da constante caminhada das personagens

09. O narrador do texto mostra momentos de certa introspecção do personagem Fabiano.

Um desses sentimentos se revela, explicitamente, no seguinte trecho:

- a) “passou a idéia de abandonar o filho naquele descampado”;
- b) “Entregou a espingarda a Sinhá Vitória”;
- c) “O voo negro dos urubus fazia círculos altos”;
- d) “Anda excomungado”;
- e) “prosseguiu, mais lenta, mais arrastada, num silêncio grande”.

10. No trecho “O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo” (3º parágrafo), o segundo período apresenta, em relação à informação explicitada no primeiro, uma noção de

- a) explicação
- b) contraste
- c) adição
- d) modo
- e) consequência

11. Assim como no trecho “Fabiano meteu a faca na bainha, guardou-a no cinturão, acorrou-se...” (5º parágrafo), a colocação do pronome destacado respeita a norma-padrão da língua portuguesa, em:

- a) Pediria-lhes para considerar ajudar de alguma forma a população ribeirinha;

- b) A empatia não permite-nos deixar essa situação sem ação;
- c) Nos perguntamos até quando vamos vivenciar essa pobreza no sertão.
- d) Muitos se impressionam com a descoberta da realidade do sertão.
- e) Por mais distante que esteja-se longe da seca, ela perpassa a realidade de todos.

12. A alternativa em que frase respeita as regras ortográficas e gramaticais da norma padrão é:

- a) Ao chegar no seu destino, os sertanejos veem o que realmente a seca significa.
- b) Queremos saber o porquê de a realidade sertaneja continuar a mesma.
- c) A seca mau acaba e o sertanejo se depara com outros problemas.
- d) Todos sabem que é uma realidade não mudada a tempos.
- e) As pessoas querem estar conquanto a felicidade está.

13. No texto, foram empregadas as palavras “estômago” (5º parágrafo) e “miúdo” (3º parágrafo), ambas acentuadas graficamente.

Duas outras palavras corretamente acentuadas pelos mesmos motivos que “estômago” e “miúdo” são, respectivamente:

- a) juíz e ébano;
- b) econômico e juízes;
- c) economía e paúlada;
- d) idéia e juízes;
- e) ébano e juiz.

14. O objeto indireto é um termo da oração que complementa o sentido do verbo transitivo indireto.

Assinale a opção em que o pronome pessoal oblíquo exerce a função de objeto indireto.

- a) Ele se considera um entusiasta da Arte Moderna.
- b) Eu a conheci na exposição do Palácio das Artes.
- c) Pediram-lhe sugestões de entretenimento na capital.
- d) Receberam-me muito bem no jantar dos associados.
- e) Nunca tive a oportunidade de acompanhá-la em um recital.

15. A coesão e coerência propiciam a conexão, a ligação e a harmonia entre os elementos de um texto. Existem mecanismos de construção textual que auxiliam nesse importante atributo.

Indique o mecanismo que NÃO contribui para a coesão e coerência do texto.

- a) A retomada de elementos por meio de pronomes e sinônimos.
- b) A manutenção da referência ao retomar termos relacionados no corpo do texto.
- c) A substituição e colocação dos termos na frase.
- d) A utilização de conjunções, relacionando orações ou parágrafos.
- e) A contradição entre os argumentos apresentados.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. Ataque que realiza o sequestro dos dados. Ao invadir uma máquina os dados do usuário são criptografados e é solicitado um resgate para a sua liberação. Essa situação descreve um ataque de:

- a) Spyware
- b) Ransomware.
- c) Phishing
- d) Pharming.
- e) Cookie.

17. No Writer, quando clicamos com o mouse sobre uma palavra iremos:

- a) selecionar todo o parágrafo.
- b) selecionar a palavra.
- c) posicionar o cursor no local clicado.
- d) selecionar a linha.
- e) selecionar todo o texto.

18. O Windows oferece o recurso da Lixeira. Não é uma característica válida:

- a) Os arquivos apagados do HD vão para a Lixeira
- b) A lixeira não tem temporalidade
- c) A lixeira tem um tamanho ilimitado
- d) Se o arquivo apagado for maior do que o tamanho da Lixeira, será excluído permanentemente.

e) Arquivos apagados do CD são excluídos permanentemente.

19. Uma planilha no Calc tem os valores

	A	B
1	10	15
2	20	25
3	30	40
4		

Ao digitarmos na célula D4 a seguinte fórmula

=CONT.NUM(A1:B3)

O valor obtido será:

- a) 5
- b) 8
- c) 2
- d) 6
- e) 1

20. Um usuário no Google Chrome ativou o modo de navegação anônimo. Isso significa dizer que:

- a) Apenas o seu histórico será apagado.
- b) Os seus dados de navegação serão apagados quando ele encerrar a sessão de navegação.
- c) Não significa nada, porque a navegação acontecerá da mesma forma.
- d) Todos os dados de personalização do seu navegador serão apagados.
- e) Ele não deixará rastro nenhum para impedir futuras perícias e investigações.

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

21. Sobre as formas de provimento de cargo público, é **CORRETO** afirmar que

- a) O concurso público terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por mais 2 (dois) anos
- b) É vedada a tomada da posse por procuração
- c) É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da nomeação, de modo que em caso de não comparecimento a nomeação será declarada sem efeito

- d) Nos casos de recondução, em se encontrando provido o cargo de origem, o servidor ficará em disponibilidade
- e) Servidor público estável poderá perder o cargo público

22. Leia as afirmativas abaixo, referentes à Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

- I. É vedada a elaboração de modelos e formulários padronizados para assuntos que não importarem pretensões equivalentes.
- II. A competência é irrenunciável.
- III. A avocação temporária de competência será permitida por motivos relevantes devidamente justificados, sendo atribuída a órgão hierarquicamente inferior ou de mesmo grau hierárquico
- IV. Os atos administrativos deverão ser motivados de forma explícita, clara e congruente, sendo vedado mencionar declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) apenas as afirmativas II e III são falsas.
- c) apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- d) apenas as afirmativas II e IV são falsas.
- e) apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.

23. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal, compete ao Presidente, exceto

- a) assinar atos de provimento e vacância dos cargos no âmbito do Tribunal e dar posse aos servidores
- b) antecipar ou prorrogar o expediente do Tribunal
- c) organizar a lista de antiguidade dos desembargadores, dos juízes titulares e dos juízes substitutos
- d) apurar, e ordenar se necessário, de ofício ou mediante representação, o cumprimento de prazos legais pelos juízes
- e) gerenciar as atividades do Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos

24. De acordo com a Lei nº 13.709/2018, lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é INCORRETO o que se afirma em

- a) A autodeterminação informativa é um dos fundamentos da disciplina de proteção aos dados pessoais
- b) Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, quando a operação de tratamento seja realizada no território nacional
- c) Considera-se dado anonimizado a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo
- d) É dispensado o consentimento do titular para que ocorra o tratamento de dados pessoais que já foram tornados manifestamente públicos pelo mesmo
- e) O titular tem direito, em respeito ao princípio do livre acesso, à identificação do controlador a quem compete as decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais

25. Nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), I. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua assistência e tratamento para diminuição das mazelas geradas pela deficiência.

II. Entende-se por pessoa com deficiência aquela que tem dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção.

III. A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará, dentre outros, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.

IV. Para os fins da proteção de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante, são considerados especialmente

vulneráveis, a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) Apenas a II.
- e) Apenas a III.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Fabio Ramos

26. Ao tratar dos princípios fundamentais, a CF estabelece, em seu art. 1.º,

- a) a forma republicana de Estado, cláusula pétrea expressa, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- b) a forma republicana de governo, caracterizada pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
- c) a forma federativa de Estado, cláusula pétrea implícita, caracterizada pela tripartição dos poderes da União.
- d) a forma federativa de Estado e o sistema presidencialista de governo.
- e) a forma republicana de governo e a forma federativa de Estado, cláusulas pétreas expressas

27. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.

e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

28. O poder de polícia pode ser exercido por vários instrumentos, a exemplo das licenças e autorizações, que são espécies de alvará e consideradas medidas

- a) repressivas.
- b) preventivas.
- c) judiciárias.
- d) disciplinares.
- e) regulamentares.

29. A Administração Pública Indireta é composta por entidades que possuem autonomia e personalidade jurídica própria, sendo correto afirmar que:

- a) Apenas as autarquias e fundações públicas podem ser qualificadas como agências executivas.
- b) Eventuais conflitos entre empresas concorrentes que atuam em determinado setor da economia devem ser resolvidos pela respectiva agência reguladora, que possui definitividade em suas decisões.
- c) As fundações públicas devem ser constituídas com personalidade jurídica de direito privado.
- d) As autarquias são constituídas mediante registro dos atos constitutivos no órgão competente, após autorização legal, e possuem personalidade jurídica de direito público.
- e) As entidades da Administração Indireta estão sujeitas ao controle hierárquico exercido pelos órgãos e entidades da Administração Direta.

30. A Prefeitura de Fabianolândia-MG decidiu contratar uma banda de piseiro, reconhecida nacionalmente e consagrada pela opinião pública, para animar os eventos festivos de comemoração dos 100 anos de emancipação do município.

Levando-se em consideração os preceitos contidos na nova lei de licitação, pode-se afirmar que

a) não há necessidade de justificativa de preço por parte da autoridade contratante, por se tratar de banda musical de notória reputação profissional.

b) não há necessidade de se instaurar procedimento administrativo para justificar a inexigibilidade de licitação, desde que o contrato demonstre o preenchimento dos requisitos legais.

c) a consagração de profissional do setor artístico pela crítica especializada ou pela opinião pública não basta para tornar válida sua contratação direta por inexigibilidade de licitação.

d) é possível que a contratação ocorra, mediante inexigibilidade de licitação, com qualquer empresário autorizado a comercializar os shows dos mencionados artistas.

e) a contratação de artista por inexigibilidade de licitação deve sempre ocorrer por meio de seu representante.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

31. Julgue os itens abaixo em relação aos direitos dos trabalhadores:

- I. A Constituição Federal prevê algumas hipóteses de flexibilização dos direitos trabalhistas, como nos casos de ampliação da jornada em turnos ininterruptos de revezamento, de compensação de horários e até mesmo de redução salarial.
- II. Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- III. Poderão ser anulados os atos praticados com objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na legislação trabalhista.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

32. Julgue os itens abaixo acerca da jornada de trabalho:

- I. O sobreaviso e a prontidão são assuntos em que o negociado poderá prevalecer sobre o legislado por expressa previsão celetista.

II. Aplica-se o sobreaviso aos eletricitários, por aplicação analógica de dispositivo celetista que se refere à categoria dos ferroviários.

III. Os trabalhadores das empresas de crédito, como por exemplo, as financeiras, não se equiparam aos bancários, não tendo direito, portanto, à jornada diária de seis horas.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

33. A suspensão do contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença

- a) possibilita a prestação de serviços a outros empregadores.
- b) permite que o empregado preste serviços eventuais ao empregador nesse período.
- c) não suspende a fluência do prazo prescricional.
- d) impede a fluência do prazo prescricional e a possibilidade de prestar serviços ao empregador.
- e) deve ser objeto de comunicação ao MTb.

34. Julgue os itens abaixo em relação às alterações no contrato de trabalho:

I. Em decorrência do princípio da inalterabilidade contratual lesiva, o poder diretivo do empregador é restringido de modo a nunca alterar as condições de trabalho.

II. O limite imposto ao jus variandi do empregador impede alterações relativas à função, ao salário e ao local da prestação dos serviços.

III. As alterações do contrato de trabalho classificam-se em subjetivas e objetivas. As alterações subjetivas são aquelas que alteram os sujeitos do contrato de trabalho, no caso, o empregador.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.

e) nenhum dos itens.

35. Acerca do trabalho realizado em horário noturno, julgue os itens abaixo:

I. Os trabalhadores nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo não têm direito à hora noturna reduzida.

II. Em decorrência da igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso, o TST tem entendido que os trabalhadores portuários, regidos por lei específica, também têm direito à hora noturna reduzida.

III. O TST tem entendido que os vigias que laboram em período noturno, assim como os trabalhadores em turnos ininterruptos de revezamento, têm reconhecido o direito à hora ficta.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) III.
- e) II e III.

36. Segundo entende o TST, a supressão de horas extras praticadas pelo empregado há 1 ano ou mais dá direito a:

a) indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, apenas para cada ano completo.

b) indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

c) não há direitos incorporados, já que trata-se de salário condição.

d) indenização correspondente ao valor de 1 (um) ano das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

e) indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas totalmente, apenas, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal.

37. Juvêncio, empregado da empresa Coruja Cerqueira, em seu último período aquisitivo de férias, faltou 5 dias em virtude do nascimento de seu filho, 3 dias em virtude do casamento de seu irmão, 2 dias por ter doado sangue voluntariamente e mais dois dias para se alistar eleitor. Neste caso, é correto afirmar que fará jus a:

- a) 30 dias corridos de férias.
- b) 26 dias corridos de férias.
- c) 24 dias corridos de férias.
- d) 20 dias corridos de férias.
- e) 18 dias corridos de férias.

38. Julgue os itens abaixo:

- I. As alterações subjetivas no contrato de trabalho, diferentemente do que se opera no Direito Civil, não são permitidas, já que resultariam necessariamente na extinção do contrato de trabalho.
- II. A reversão não é considerada alteração unilateral do contrato de trabalho, ou seja, é permitida a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, ainda que resulte em redução da respectiva remuneração.
- III. É lícita a determinação para que o empregado retorne à função anteriormente ocupada, hierarquicamente inferior, em decorrência de ilícito por ele praticado.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

39. Julgue os itens abaixo acerca da relação de trabalho e de emprego:

- I. Relação de trabalho consiste em gênero do qual relação de emprego é uma das espécies. Nesse sentido, emprego é o trabalho subordinado.
- II. A exclusividade é também um requisito da relação de emprego, de modo que não pode ser considerado empregado um trabalhador que possui mais de um vínculo de prestação de serviços.
- III. O estágio remunerado é exemplo de vínculo de emprego destinado a facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

IV. Caracterizada a sucessão de empregadores, as obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III e IV
- e) I e IV.

40. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder,

- a) dentro de oito meses, a outro contrato por prazo determinado, exceto se o primeiro se deu em virtude da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
- b) dentro de oito meses, a outro contrato por prazo determinado.
- c) dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado, exceto se o primeiro era um contrato de experiência.
- d) dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado, exceto se o primeiro se deu em virtude da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
- e) dentro de seis meses, a outro contrato por prazo determinado.

41. O pagamento da remuneração das férias deverá ser efetuado até:

- a) 2 dias após o início do período de férias.
- b) 2 dias antes do início do período de férias.
- c) 30 dias antes do início do período de férias.
- d) 2 dias antes do fim do período de férias.
- e) o 5º dia útil subsequente ao início das férias.

42. O empregado que labora jornada superior a quatro horas e inferior a seis horas diárias faz jus a intervalo para repouso ou alimentação, o qual será de, no mínimo:

- a) uma hora, como regra geral.
- b) dez minutos.

- c) trinta minutos.
- d) quinze minutos.
- e) vinte minutos.

43. Nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), constitui hipótese ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa:

- a) perda da habilitação para exercício de profissão em decorrência de conduta culposa do empregado.
- b) ato de probidade.
- c) ato de disciplina.
- d) embriaguez em serviço.
- e) ofensas físicas praticadas no serviço em caso de legítima defesa própria.

44. Na extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregador e empregado, este deverá receber:

- a) as férias integralmente.
- b) as férias pela metade.
- c) a metade do 13º salário proporcional.
- d) seguro-desemprego.
- e) o aviso prévio trabalhado pela metade.

45. No caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá direito a um:

- a) repouso remunerado de 2 semanas.
- b) repouso remunerado de 30 dias.
- c) repouso remunerado de 120 dias.
- d) repouso não remunerado de 2 semanas.
- e) repouso remunerado de 4 semanas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

46. O advogado da empresa Vênus de Millus Produções Artísticas apresentou uma reconvenção na audiência UNA em que a reclamada foi notificada para apresentação de sua contestação em reclamação trabalhista. Provocado a se manifestar sobre a peça processual apresentada pela empresa ré, o advogado do reclamante Hércules impugnou a juntada da

reconvenção sem justificar o motivo. Conforme teoria dos princípios gerais do Processo do Trabalho,

- a) não se admite em ação trabalhista nenhuma medida processual que não tenha previsão expressa contida na Consolidação das Leis do Trabalho e que seja contrária ao trabalhador.
- b) caberia a medida desde que houvesse concordância da parte contrária e que a mesma fosse apresentada antes da data da audiência para possibilitar o contraditório.
- c) embora haja omissão da norma processual trabalhista em relação à reconvenção, há súmula do Tribunal Superior do Trabalho interpretando pela sua absoluta incompatibilidade com o direito processual do trabalho.
- d) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- e) não caberia tal medida nesta fase processual porque somente é possível aplicar supletivamente norma do Código Processual Civil que não esteja prevista na lei trabalhista na fase de execução.

47. Considerando-se os princípios gerais do processo aplicáveis ao processo judiciário trabalhista é correto afirmar:

- a) A irrecorribilidade das decisões interlocutórias é um dos aspectos da oralidade, plenamente identificado no processo trabalhista.
- b) Não se aplica o princípio da concentração dos atos processuais em audiência, como ocorre no processo comum.
- c) Não há omissão das normas processuais na Consolidação das Leis do Trabalho que justifique a aplicação subsidiária do processo comum.
- d) Havendo omissão das normas processuais na Consolidação das Leis do Trabalho fica a critério de cada Juiz a aplicação do direito processual comum, cujo critério para adoção é a concordância das partes.
- e) A execução trabalhista poderá ser promovida apenas pelas partes interessadas, não havendo o impulso oficial “ex officio” pelo próprio Juiz competente.

48. Conforme normas legais que regulam a matéria, a competência da Justiça do Trabalho EXCLUI a análise e julgamento de ações

- a) sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.
- b) oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
- d) de indenizações por danos morais e também danos materiais ou patrimoniais, decorrentes da relação de trabalho.
- e) penais para apuração de crimes contra a organização do trabalho, incluindo trabalho escravo e trabalho infantil irregular.

49. Considerando que o processo pode ser entendido como uma sequência ordenada de atos que devem seguir procedimentos e prazos previstos em lei, no Processo Judiciário do Trabalho, segundo normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e entendimentos sumulados do Tribunal Superior do Trabalho,

- a) intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e, a contagem, no subsequente.
- b) em qualquer situação a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia de feriado, não havendo necessidade de urgência ou determinação legal expressa.
- c) quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado, a partir deste dia porque se trata de dia útil forense.
- d) presume-se recebida a notificação vinte e quatro horas depois de sua postagem; o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- e) o prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em feriado, final de semana, ou em dia que não houver expediente forense, não se prorroga até o primeiro dia útil, imediatamente subsequente.

50. Conforme dispositivos legais aplicáveis à matéria, quanto ao processo trabalhista em geral, é INCORRETO afirmar:

- a) Os prazos são contados com exclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, não suspendendo os dias de sábado, domingo ou feriado.
- b) Os autos dos processos da Justiça do Trabalho não poderão sair dos cartórios ou secretarias, salvo se solicitados por advogado regularmente constituído por qualquer das partes, ou quando tiverem de ser remetidos aos órgãos competentes, em caso de recurso ou requisição.
- c) Distribuída a reclamação verbal, o reclamante deverá, salvo motivo de força maior, apresentar-se no prazo de cinco dias, ao cartório ou à secretaria, para reduzi-la a termo, sob a pena estabelecida em lei.
- d) Nos dissídios individuais e coletivos do trabalho, nas ações de competência da Justiça do Trabalho, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de dois por cento, observado o mínimo de R\$ 10,64 e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- e) Sempre que houver acordo, se de outra forma não for convencionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.

51. No tocante à revelia no processo do trabalho, considere:

- I. É tolerado o atraso de cinco minutos das partes no horário de comparecimento às audiências.
- II. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se, havendo pluralidade de reclamados, algum deles contestar a ação.
- III. O não comparecimento do reclamado importa em revelia e a confissão quanto à matéria de fato, exceto se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.
- IV. Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.

Neste caso e em consonância com a CLT, alterada pela Lei nº 13.467/2017 e jurisprudência sumulada pelo TST, está correto o que consta APENAS em

- a) II, III e IV.
- b) I, III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II e III.

52. Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,

- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
- b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
- c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
- d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
- e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

53. Conforme a jurisprudência pacífica do TST sobre ônus da prova,

- a) o ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negado o despedimento, é do empregado.
- b) a não apresentação injustificada dos controles de frequência pelo empregador que tem mais de dez empregados gera presunção absoluta de veracidade da jornada alegada na inicial.
- c) a presunção de veracidade da jornada de trabalho, salvo se prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário.
- d) os controles de jornada com horários invariáveis são imprestáveis como meio de prova, devendo, porém, o empregado alegar a nulidade dos mesmos, sob pena de serem os mesmos considerados válidos.

e) a presunção de veracidade da jornada de trabalho, ainda que prevista em instrumento normativo, pode ser elidida por prova em contrário.

54. Em matéria recursal no Processo Judiciário do Trabalho, conforme normas da Consolidação das Leis do Trabalho,

- a) a interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal de decisão da Justiça do Trabalho que contrarie a Constituição Federal prejudicará a execução do julgado, que deverá ficar suspensa.
- b) no Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de cinco dias de decisão unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- c) o Ministro Relator denegará seguimento aos embargos no Tribunal Superior do Trabalho nas hipóteses de intempestividade e deserção, não cabendo recurso de tal decisão.
- d) o agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição suspenderá a execução da sentença até o seu julgamento final, diante do princípio da segurança jurídica.
- e) quando o recurso de revista tempestivo contiver defeito formal que não se repute grave, o Tribunal Superior do Trabalho poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.

55. No tocante aos Embargos à Execução, considere:

- I. Em regra, garantia do juízo por meio de depósito ou nomeação de bens à penhora ou após a penhora coativa, representa requisito indispensável ao regular exercício do direito do devedor de oferecer embargos à execução.
- II. Os Embargos à execução no processo do trabalho, em regra, são processados nos mesmos autos da execução, sendo recebidos sem efeito suspensivo automático.
- III. A compensação, em regra, deve ser arguida quando opostos embargos à execução.
- IV. Em sede de Embargos à Execução é impossível arrolar testemunhas, havendo expressa vedação legal na Consolidação das Leis do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.

- c) I, II e IV.
- d) III e IV.
- e) I, II e III.

56. O reclamante Zeus ajuizou reclamação trabalhista formulando os pedidos de adicional de insalubridade e indenização por danos materiais. A sentença lhe foi favorável apenas em relação ao pedido de indenização por danos materiais, razão pela qual resolveu recorrer, devendo assim interpor

- a) recurso ordinário no prazo de 5 dias.
- b) agravo de instrumento no prazo de 8 dias.
- c) agravo de petição no prazo de 10 dias.
- d) recurso ordinário no prazo de 8 dias.
- e) apelação da sentença no prazo de 15 dias.

57. Em relação à matéria recursal no processo do trabalho,

- a) cabe recurso ordinário para a instância superior apenas das decisões definitivas dos tribunais regionais, em processo de sua competência originária, somente nos casos dos dissídios coletivos, no prazo de quinze dias.
- b) cabe agravo de petição das decisões judiciais nas execuções, que só será recebido se o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
- c) cabem embargos de declaração da sentença ou do acórdão no prazo de oito dias úteis, admitido efeito modificativo da decisão em caso de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
- d) cabe agravo de instrumento, inclusive retido nos autos, das decisões incidentais e interlocutórias, no prazo de oito dias contados da data em que a parte teve ciência da decisão.
- e) cabe recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, com efeitos suspensivo e devolutivo como regra, das decisões proferidas pelos tribunais regionais em grau de recurso ordinário nos dissídios individuais, quando haja violação literal de dispositivo de lei municipal, estadual ou federal.

58. Em relação à liquidação da sentença e à execução no Processo do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.
- b) Somente as decisões passadas em julgado e os acordos, quando não cumpridos, poderão ser executados na Justiça do Trabalho.
- c) Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 8 dias, sob pena de preclusão.
- d) Requerida a execução, o juiz ou Presidente do Tribunal mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que cumpra a decisão ou o acordo, ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, exceto de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 72 horas ou garanta a execução.
- e) Não pagando o executado, nem garantindo a execução, seguir-se-á a penhora dos bens, tantos quantos bastem ao pagamento da condenação, sem os acréscimos de custas e juros de mora.

59. Quanto ao mandato e ao substabelecimento, de acordo com o entendimento da jurisprudência pacífica do TST, é INCORRETO afirmar:

- a) Configura-se a irregularidade de representação se o substabelecimento é anterior à outorga passada ao substabelecido.
- b) É inválido o substabelecimento de advogado investido de mandato tácito.
- c) Diante da existência de previsão, no mandato, fixando termo para sua juntada, o instrumento de mandato só tem validade se anexado ao processo dentro do aludido prazo.
- d) São válidos os atos praticados pelo substabelecido, ainda que não haja, no mandato, poderes expressos para substabelecer.
- e) Inválido é o instrumento de mandato com prazo determinado que contém cláusula estabelecendo a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.

60. Quanto à prova testemunhal no processo do trabalho, é correto afirmar que se diferenciam o rito ordinário e o rito sumaríssimo porque
- a) no rito sumaríssimo não há que se falar em condução coercitiva de testemunha.
 - b) em ambos os ritos a limitação do número de testemunhas dá-se em função da matéria debatida, até o limite máximo de três para cada parte.
 - c) no rito sumaríssimo só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer.
 - d) no rito ordinário limita-se a três testemunhas para cada fato e no rito sumaríssimo limita-se a duas para cada parte.
 - e) no rito ordinário limita-se a duas testemunhas para cada fato e no rito sumaríssimo limita-se a duas para cada parte.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-MG-Tecnico-24-09>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>